

Eleição municipal de novembro será em turno único

Brasília — Júlio Fernandes

BRASÍLIA — As eleições municipais deste ano serão em turno único, conforme decisão tomada ontem pela Constituinte por 293 votos a favor, 221 contra e quatro abstenções. A partir de 1992, o princípio dos dois turnos valerá também para os municípios com mais de 200 mil eleitores. As eleições presidenciais e a de governadores de estados obedecerão os dois turnos.

Benjamin foi autorizada por 353 votos a favor, 158 contra e nove abstenções.

Depois foi apreciada a emenda do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que suprimia o termo "com mais de 200 mil eleitores", tentando estabelecer os dois turnos para todos os municípios, mas foi rejeitada.

Latão de lixo — O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) fez a defesa da manutenção dos dois turnos no texto permanente, apelando aos constituintes que esquecessem "o interesse da eleição de novembro e se fixassem no interesse permanente". Foi contraditado pelo deputado José Thomas Nonó (PFL-AL) que acusou o princípio de anti-democrático, "porque no segundo turno é que fazem os acordos espúrios". Falaram apenas sete votos para que o princípio fosse suprimido nas disposições permanentes — 273 a favor, 245 contra e duas abstenções.

Após vencer nova bateria de questões de ordem, Ulysses deu início ao encaminhamento da emenda Francisco Benjamin. O deputado Airton Cordeiro (PFL-PR) defendeu a manutenção dos dois turnos, baseado numa pesquisa de opinião apontando que em nenhuma capital o candidato colocado em primeiro lugar tem mais de 50% dos votos. O senador José Rícha (PSDB-PR), por sua vez, disse que "as disposições transitórias estão se transformando num latão de lixo onde se jogam todos os interesses de segmentos e pessoas". Não houve orador a favor da supressão.

O resultado da votação, suprimindo os dois turnos das eleições de 15 de novembro deste ano, foi comemorado no plenário principalmente pelo *Centrão* e pelos integrantes da bancada do PDT.

Quebra regimental — Imediatamente as lideranças do PSDB, PC do B, PSB e PL se rebelaram contra a proposta, ocupando sucessivamente o microfone de apertar para protestar contra a aceitação do requerimento. O presidente do PSDB, senador Mário Covas, acusou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de quebrar o regimento interno ao aceitar o encaminhamento da proposta.

O requerimento previa que a situação dos dois turnos seria apreciada separadamente nas disposições permanentes e nas transitórias. Diante do impasse, que se arrastou por duas horas e meia, Ulysses decidiu colocar a preliminar em votação. Com um quórum de 520 parlamentares, a apreciação da emenda Francisco



Righi discursou por um turno só e acabou ganhando



Covas defendeu no plenário dois turnos já em novembro

Quem ganha nas capitais

Pelo menos na capital mais importante do país, São Paulo, passagem obrigatória para a eleição presidencial em 89, o turno único para a próxima eleição municipal representa um sério risco para o PMDB do governador Orestes Quéricia e para o PSDB do senador Mário Covas. Se a eleição fosse hoje, o ex-governador Paulo Maluf, do PDS, teria 30% dos votos, de acordo com a última pesquisa do Ibope encomendada pela *TV Globo*. Sem a participação do PSDB na eleição, Maluf teria vitória garantida. Somente o próprio Covas, com 29% da preferência do eleitorado, teria chances de bater o PDS em novembro, mas o senador quer preservar-se para a sucessão do presidente José Sarney.

Em Belo Horizonte, no entanto, a segunda capital em termos de densidade eleitoral e por onde também passará a sucessão presidencial, o PMDB pode se beneficiar com o turno único, aumentando as chances de Alvaro Antonio, o candidato do governador Newton Cardoso que só obteve 11% das intenções de voto, contra 28% dados ao deputado Pimenta da Veiga, que disputa a prefeitura pelo PSDB. De qualquer forma, também em Minas o PMDB corre sérios riscos na corrida pelo poder.

Em Recife, o PMDB do governador Miguel Arraes e do prefeito Jarbas Vasconcelos também estaria seriamente ameaçado pelo PFL, cujo candidato à prefeitura, Joaquim Francisco, obteve 48% das intenções de voto, contra 20% dados a João Coelho, do PDT, e apenas 10% obtidos pelo candidato pemedebista, Marcus Cunha. Se não houver uma coligação branca das esquerdas, Joaquim Francisco pode ser o próximo prefeito.

Ranking — Situação atípica se caracterizaria em Salvador se a eleição fosse hoje. O candidato do PMDB, Fer-

nando José, obteve na pesquisa confortáveis 40% intenções de voto, mas não é apoiado pelo governador Waldir Pires, um dos cardeais do comando nacional pemedebista, que preferiu apoiar o deputado Virgílio de Senna, do PSDB, em quarto lugar no ranking. Em Porto Alegre, o preferido do eleitorado é, no momento, Antonio Brito, do PMDB, com 23%, mas o turno único pode prejudicar suas chances. Outro pemedebista teria boas chances em Curitiba. É o deputado Maurício Fruct, que venceria com 30% dos votos. No momento, entretanto, o campeão absoluto de votos entre todos os prefeitáveis do país seria Lúdio Coelho, que disputa a prefeitura de Campo Grande pela coligação PFL-PDS. Ele já poderia até mandar aprontar o termo de posse, pois tem, no momento, 68% da preferência do eleitorado, enquanto seu adversário mais forte, Plínio Martins, do PMDB, tem 20%, e os indecisos são 11%, de acordo com o Ibope.

O segundo lugar entre os candidatos que hoje têm o apoio majoritário dos eleitores caberia a Esperidão Amin, também do PDS, que seria o futuro prefeito de Florianópolis com 57% da votação. Em terceiro viria o ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, candidato do PMDB que obteve na pesquisa 56% das intenções de voto. Ambos teriam mais do que maioria absoluta de a eleição fosse hoje.

Outro candidato do PDS já estaria eleito se os cidadãos de Rio Branco fossem às urnas hoje. O ex-senador Jorge Kalume teria 51% dos votos e chegaria fácil à prefeitura. O PMDB teria também de se conformar com outra derrota em João Pessoa, onde a candidata do PDS, Lucía Braga, obteve 46% na pesquisa do Ibope, contra minguados 12% conferidos a Haroldo Lucena, do PMDB.

Parlamentares não levam nova Carta a sério

Franklin Martins

Os constituintes, ao derrubarem os dois turnos para as próximas eleições municipais, mostraram que não levam tão a sério a Constituição que estão acabando de escrever. Diz o artigo 16, já aprovado: "A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano depois de sua promulgação". O sentido desse dispositivo, altamente salutar, é o de dificultar os casuísmos — mudanças nas regras eleitorais, em cima da hora, para favorecer eventuais maiorias parlamentares a se perpetuarem no poder.

Ontem, a 78 dias das eleições de 15 de novembro, com os candidatos e prefeitos nas cidades de mais de 200 mil eleitores já lançados, a Constituinte mudou as regras do jogo. A decisão equivale a um terremoto nas campanhas das 32 principais cidades do país — justamente aquelas que mais pesam na corrida presidencial do ano que vem. Para a decisão, não há argumentos. Só conveniências. Votaram a favor da supressão dos dois turnos os que se sentem rejeitados pela maioria do eleitorado mas acham que podem chegar ao poder beneficiando-se da pulverização de votos entre vários candidatos.

A Constituinte mostrou também que nada melhor do que um bom casuísmo para encher o plenário. O quorum ontem foi de 520 parlamentares. Nenhum outro ponto também consumiu tantas horas de negociação.

Ulysses se perde na votação

Plenário levou 2 horas e meia discutindo erros

BRASÍLIA — Nem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, escapou do clima emocional que dominou a votação das emendas que procuravam derrubar os dois turnos de votação para prefeitos em cidades com mais de 200 mil eleitores. Ele confundiu-se várias vezes, anunciou uma coisa quando pretendia outra e fez o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) subir à tribuna duas vezes para defender a mesma emenda.

No meio da confusão, dos gritos e dos bate-bocas registrados no plenário por causa da votação dos dois turnos, Ulysses pôs em votação emenda de Virgílio Guimarães, que estendia a eleição em dois turnos para todas as cidades. Esperou o deputado falar e, sem explicar o que pretendia, pôs um requerimento assinado pelo PFL, PDT, PTB e PT em discussão. Anunciou que a decisão para aprovação do requerimento — que desvinculava a forma das eleições municipais deste ano das futuras — seria por maioria simples do plenário, portanto, sem que fossem necessários os 280 votos. Só depois da votação do requerimento voltou à emenda de Virgílio.

A cada questão de ordem levantada, Ulysses se atrapalhava ainda mais. Recorria constantemente ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e ao secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins, para dar qualquer resposta. Chegou a esquecer que o deputado José Thomaz Nonó (PFL-AL) estava discursando na tribuna e o deixou falando por 15 minutos. No meio de tanta confusão, acabou atropelado pelo tempo. Ulysses, que pede rapidez em todas as votações, deixou a discussão dos dois turnos estender-se por duas horas e meia.

Uma emenda reduzindo de cinco para quatro anos o mandato do presidente José Sarney foi a resposta da esquerda à decisão de Ulysses, que abriu um precedente e obrigou o plenário a votar, no caso dos dois turnos para as eleições deste ano para prefeito, uma emenda inexistente, o que é vedado pelo regimento interno. Assinada pelos líderes do PSDB, Artur da Távola, do PT, José Genoíno, do PCB, Roberto Freire, do PL, Aroldo Oliveira, do PSB, Ademir Andrade, e do PC do B, Haroldo Lima, a emenda resgata emendas anteriores dos deputados Robson Marinho (PSDB-SP) e Haroldo Lima (PC do B-BA), marcando para 15 de novembro próximo as eleições para escolha do sucessor de Sarney.

Dois turnos só em 1989

A eleição do sucessor do presidente José Sarney, marcada para 1989, será em dois turnos. Pela primeira vez na história do país, se nenhum dos candidatos alcançar a maioria absoluta dos votos (metade mais um) na primeira votação, os dois mais votados disputarão a eleição numa segunda rodada, marcada para trinta dias após a proclamação do resultado inicial. O mandato presidencial será de cinco anos, sem direito à reeleição, e o vice-presidente será eleito na mesma chapa do presidente.

Na verdade, a Constituinte não inovou ao adotar os dois turnos para a eleição presidencial. A primeira emenda constitucional da Nova República, assinada pelo presidente

Sarney e aprovada pelo Congresso em 1985, incorporou esta norma à Constituição em vigor. Ontem, os constituintes apenas confirmaram a decisão. "Nós teremos um presidente extremamente legitimado, que vai se confrontar com um Congresso também muito fortalecido", avaliou o jurista Miguel Reale Júnior, assessor do deputado Ulysses Guimarães.

Todos os líderes partidários apoiaram a aprovação dos dois turnos, alegando a necessidade de fortalecimento e legitimação dos futuros presidentes da República. Com os dois turnos, por exemplo, o eleitorado teria voltado às urnas em 1960, quando Jânio Quadros foi eleito com 48,2% dos votos.

Maluf não saiu do telefone

BRASÍLIA — Desde a semana passada, o candidato do PDS a prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, não fez outra coisa. Foram dezenas de telefonemas disparados a todos os constituintes do PDS — 37, entre deputados e senadores, e outros tantos do PMDB e também do PFL, como o senador José Agripino Maia (RN). Nem mesmo o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP), conhecido gazeteiro da Constituinte, escapou ao apelo do candidato paulista. A todos, Maluf sugeriu que votassem contra a eleição em dois turnos.

"Ele sabe muito bem que se vencer no primeiro turno, a turma toda se une contra ele no segundo, e o acabam derrubando", comentou o deputado Gérson Peres (PDS-PA), a quem Maluf telefonou pouco depois das 22 horas de segun-

da-feira, véspera da votação da matéria. Peres ponderou que não seria fácil passar uma emenda derrubando o segundo turno, mas tranquilizou-o quanto à posição pedesista: "O Sr está pedindo o óbvio, pois o PDS é contra os dois turnos. Não por questão doutrinária, mas sim política. Queremos recuperar logo o poder perdido. E as pesquisas indicam que temos boas chances em várias capitais no primeiro turno." Aos pedesistas e paulistas, Maluf argumentou que seria impossível o eleito montar sua equipe administrativa entre a certeza da vitória e a posse, pois segundo turno deverá acontecer 15 dias antes do início da administração. "São Paulo é um caso especial. São mais de 1 mil 500 cargos comissionados para preencher", argumentou Maluf.

Marcello fica perto da vitória

Rogério Coelho Neto

O candidato do PDT à Prefeitura do Rio, Marcello Alencar, recebeu um telefonema do seu vice, deputado Roberto D'Ávila, às 21 h, com uma sugestão: "Pode comemorar". Realmente, a decisão da Constituinte, que mantém para a eleição deste ano, nas cidades com mais de 200 mil habitantes, o princípio do turno único, deixa o candidato pedetista em uma situação bastante confortável.

É duvidosa a formação, agora, de uma grande frente antibrizolista-

ta, para que um político não alinhado com as posições do ex-governador, possa enfrentar, com maiores possibilidades, ao candidato do PDT, Alvaro Valle, do PL-PDS, e Artur da Távola, do PSDB-PC do B, tem um eleitorado de base instalado na classe média que habita a Zona Sul do Rio. É difícil, no entanto, uma união entre Valle e Távola, que seria bombardeada, inicialmente, pelas chapas de vereadores dos partidos que os apoiam.

Uma aliança entre o candidato da coligação PMDB-PFL-PTB-PDC, José Colagrossi, com Távola, também é problemática. O candidato do PSDB-PC do B espera, porém, se crescer a partir do debate deste domingo, na *TV Globo*, capitalizar apoios de descontentes do PMDB. Távola está de olho também no espólio do candidato João Rezende.

A opinião dos candidatos

O candidato do PDT à prefeitura do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, favorito nas pesquisas de opinião realizadas até agora, disse que a aprovação de apenas um turno para as próximas eleições municipais vai evitar que seja formada uma grande frente anti-brizolista contra a sua candidatura, o que vai beneficiá-lo. "Se as eleições tivessem dois turnos, no segundo certamente seria formada uma frente para derrotar a minha candidatura e o PDT. Com um turno, cada partido vai ter o seu candidato e o espírito do antibrizolismo não vai prosperar tanto", acredita Alencar.

O candidato do PL à Prefeitura do Rio, deputado Alvaro Valle, acredita que

a aprovação do turno único para as próximas eleições municipais vai beneficiá-lo: "O crescimento do voto útil vai fazer com que minha candidatura ganhe mais apoio, já que meu oponente é o ex-prefeito Marcello Alencar, um radicalizador do brizolismo". Valle, no entanto, votou pelos dois turnos na Constituinte, "por considerar esta opção mais democrática".

O candidato da coligação PSDB-PC do B, deputado Artur da Távola, que votou pelos dois turnos, acredita ser impossível a criação de uma frente antibrizolista, mas convocou todas os partidos de centro-esquerda para uma união.

Sandra festeja artigo que não permite aborto

BRASÍLIA — Com um copo de leite e um sanduíche de misto frio em mão de hambúrguer, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) comemorou ontem a aprovação do artigo 230 do capítulo sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso. Segundo ela, o texto — que determina como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança o direito à vida — na prática proíbe o aborto. "Com esse texto na mão eu embargo qualquer lei que queiram fazer para liberar o aborto, pois, segundo a Organização Mundial de Saúde, a criança existe desde a concepção. E se ela tem direito à vida pela Constituição, o aborto está constitucionalmente proibido", explicou.

"Deixe ela pensar assim, é até bom", rebateu a deputada Moema São Thiago (PSDB-CE), sem esconder a surpresa pela nova interpretação que poderia ser dada ao texto. Defensora da liberação do aborto, Moema argumenta: "Nós não estamos fazendo uma Constituição para ser regida pelas normas da ONU e, além do mais, não vamos brigar para que a lei libere o aborto, mas que a sociedade decida o que quer em plebiscito. Essa luta será travada na sociedade".

Dom Eugênio — Ferrenha adversária das defensoras da liberação do aborto — e que lutou pela inclusão da sua proibição explícita no texto constitucional, Sandra aparentemente cedeu no ano passado aos grupos feministas, ao fechar um acordo com eles de que a nova Carta não faria qualquer referência ao aborto. A época, chegou a ser chamada de *aborteira* por grupos anti-aborto. Enquanto isso, começou a estudar uma forma de, sorrateiramente, furar o acordo.

Ao descobrir a definição da OMS sobre a criança, a deputada decidiu apresentar uma emenda ao texto constitucional, trocando o termo "menor" por "criança", com o argumento de que "menor" tinha conotação antipática. Como o sigilo era importante, nada comentou. A única pessoa que sabia de suas intenções, pois recebeu a confidência em confissão, era o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles. Mesmo depois da votação, Sandra só tocou no assunto horas depois. "Peguei todos na curva", dizia marota.

Sandra Cavalcanti comemorou ainda a aprovação de quatro artigos nos quais se empenhou pessoalmente: o que reconhece perante o Estado a união estável — "mas entre homem e mulher, para não ter essa coisa de casamento entre homossexuais" —; o que proíbe a eutanásia, ao dizer que o idoso tem direito à vida; o que garante a estrangeiros o direito à adoção de crianças brasileiras; e o que proíbe qualquer forma impositiva de planejamento familiar.

Menor — O capítulo, votado por acordo, foi mantido praticamente como estava no primeiro turno, com duas modificações. Uma delas é que o divórcio será permitido não só após a separação judicial de um ano, mas também "após comprovada separação de fato por mais de dois anos".

A outra é que o menor terá, quando cometer infração, direito à defesa judicial. Hoje o menor não tem esse direito, ficando a cargo do juiz decidir sobre seu destino. Foi mantida a imputabilidade para os menores de 18 anos e o artigo que estende aos filhos os mesmos direitos, sejam eles adotados, nascidos de uma relação de casamento civil ou não.